

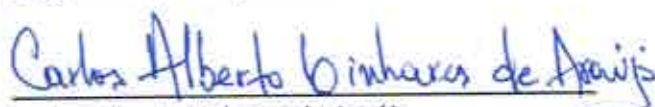
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do fluxo de caixa, complementados pelas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, elaboradas pelo Contador Sr. Sergio Hermano de Sá Moraes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, e louvando-se no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis, Sr. Jorge Ivan Teles de Sousa, datado de 20 de março de 2015, é de opinião que os referidos documentos atendem às disposições estatutárias e legais, merecendo nossa aprovação.

Teresina-PI, 20 de Março de 2015.

Conselho Fiscal:


Jorge Mauricio Cury Nunes


Carlos Alberto Linhares de Araújo


Maria das Graças Cavalcante Nogueira

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO - ASSOCIAÇÃO REABILITAR

CNPJ: 07.995.466/0001-13

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante		3.818.307,92	1.929.069,83		9.608.946,16	4.798.378,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	655.554,34	431.571,69	10	2.128.323,06	2.036.438,82
Clientes e Convênios	5	1.349.561,50	742.149,84	11	1.185.211,16	2.499.444,32
Subvenções Governamentais	6	1.328.000,00	459.172,00	12	415.387,97	262.495,78
Tributos a Recuperar	7	1.310,32	521,34	13	5.880.023,97	0,00
Estoques	8	483.881,76	295.654,96		2.934.336,45	5.292.033,84
Ativo Não Circulante		3.782.742,62	4.259.112,70		774.791,95	3.515.967,30
Imobilizado	9	3.782.742,62	4.259.112,70	14	2.159.544,50	1.776.666,54
				15	(4.942.232,07)	(3.902.230,23)
				16	2.260.282,24	2.260.282,24
					(982.795,25)	(2.019.299,14)
					(6.219.719,06)	(4.143.213,33)
Total do Ativo		7.601.050,54	6.188.182,53		7.601.050,54	6.188.182,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


 Sérgio Hernando de Sá Moraes
 Contador
 CRC-PI 010397/D-1
 Associação Reabilitar-CEIR


 Walter de Sousa Oliveira
 Superintendente Adm./Financeiro
 Associação Reabilitar-CEIR
 C.R.A. 0364-PI


 Benjamin Pessoa Vale
 Presidente
 Associação Reabilitar


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)


		2014	2013
RECEITAS OPERACIONAIS	Nota	13.866.190,16	11.822.004,65
SUS		6.476.621,35	5.753.621,87
Subvenção Governamental		260.000,04	260.000,04
Contrato Gestão		4.920.000,00	4.922.950,00
Programa Rede Viver Sem Limites		599.720,00	590.064,00
Produção de Oficina		189.309,67	140.465,56
Centro de Diagnóstico		59.389,35	56.916,68
Convênio - Maternidade Evangelina Rosa		69.065,00	16.280,00
Outras Receitas Operacionais		18.915,50	52.535,32
Vendas do Bazar		4.330,00	9.400,00
Trabalho Voluntário	19	26.340,44	19.771,18
Doações		12.720,00	-
IAPEP		3.928,08	-
CER III		400.000,00	-
Hospital da Polícia Militar		3.075,00	-
Receltas de Isenções ISS		197.876,25	-
Receltas de Isenções INSS	18	624.899,48	-
DESPESAS OPERACIONAIS		14.848.985,41	13.841.303,79
Pessoal e Encargos		6.183.487,78	7.055.028,87
Despesas Tributárias		438.397,44	29.701,51
Despesas Financeiras		1.645.439,15	341.859,71
Despesas Administrativas		5.140.606,40	5.851.736,93
Despesas com Depreciação/Amortizações		522.053,20	522.053,20
Outras Despesas Operacionais		96.225,71	40.923,57
Isenções - ISS		197.876,25	-
Isenções CEBAS - Cota Patronal INSS		624.899,48	-
DÉFICIT DO PERÍODO	17	(982.795,25)	(2.019.299,14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Sérgio Hermans de Sá Moraes
Contador
CRC-PI 010337/O-1
Associação Reabilitar-CEIR


Walter de Sousa Oliveira
Superintendente Adm./Financeiro
Associação Reabilitar-CEIR
C.R.A. 0364-PI


Francisco José Alencar
Superintendente Executivo
Associação Reabilitar


Benjamim Pessoa Vale
Presidente
Associação Reabilitar

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

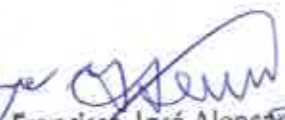
(Em Reais)

1. Método Indireto	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Déficit do Período	(982.795,25)	(2.019.299,14)
Ajustes por:	850.449,24	(82.934,18)
(+/-) Depreciação	524.777,87	522.219,58
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(57.206,59)	(345.153,72)
(+/-) Receitas Diferidas sem efeito no caixa	382.877,96	(260.000,04)
Superávit (Déficit) Ajustado	(132.346,01)	(2.102.233,32)
Aumento (Diminuição) nos AC	(1.665.255,44)	803.599,02
Clientes e Convênios	(607.411,56)	(360.443,18)
Subvenções Governamentais	(868.828,00)	828.344,00
Tributos a Recuperar	(788,98)	(308,92)
Estoques	(188.226,80)	336.007,12
Aumento (Diminuição) nos PC + ELP	2.069.991,89	1.716.717,29
Fornecedores de bens e serviços	91.884,24	1.229.777,82
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(1.314.233,16)	(3.144.459,72)
Outras Obrigações	152.892,19	116.031,89
Parcelamentos (Tributários e Fiscais)	(2.740.575,35)	3.515.367,30
Prosus	5.880.023,97	
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	272.390,44	418.082,99
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aumento em Bens Utilizados na Produção e/ou Prest. de Serviços	48.407,79	(56.793,78)
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimento	48.407,79	(56.793,78)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	0,00	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	223.982,65	361.289,21
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	431.571,69	70.282,48
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	655.554,34	431.571,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Sérgio Hermínio de Sá Moraes
Contador
CRC-PI 010397/O-1
Associação Reabilitar-CEIR


Walter de Sousa Oliveira
Superintendente Adm./Financeiro
Associação Reabilitar-CEIR
C.R.A. 0364-PI


Francisco José Alencar
Superintendente Executivo
Associação Reabilitar


Benjamin Pessoa Vale
Presidente
Associação Reabilitar

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO - ASSOCIAÇÃO REABILITAR

CNPJ: 07.995.466/0001-13


DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em reais)

	Patrimônio Social	Déficit Acumulados	Superávit / Déficit	Totais
Saldo em 31/12/2012	2.260.282,24	(1.958.009,73)	(1.840.049,88)	(1.537.777,37)
Ajustes de Exercícios Anteriores		(345.153,72)		(345.153,72)
Déficit do Período			(2.019.299,14)	(2.019.299,14)
Déficits Acumulados		(1.840.049,88)	1.840.049,88	
Saldo em 31/12/2013	2.260.282,24	(4.143.213,33)	(2.019.299,14)	(3.902.230,23)
Transferência de déficit			2.019.299,14	2.019.299,14
Ajustes de Exercícios Anteriores		(57.206,59)		(57.206,59)
Déficit do Período			(982.795,25)	(982.795,25)
Déficits Acumulados		(2.019.299,14)		(2.019.299,14)
Saldos Finais 31/12/2014	2.260.282,24	(6.219.719,06)	(982.795,25)	(4.942.232,07)

As notas explicativas anexas são partes integrantes destas demonstrações.


Sérgio Hermanto de Sá Moraes
Contador
CRC-PI 01039710-1
Associação Reabilitar-CEIR


Walter de Sousa Oliveira
Superintendente Adm./Financeiro
Associação Reabilitar-CEIR
C.R.A. 0364-PI


Francisco José Alencar
Superintendente Executivo
Associação Reabilitar


Benjamin Pessoa Vale
Presidente
Associação Reabilitar

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013.
(EXPRESSAS EM REAIS)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação – Associação Reabilitar, fundada em 13 de março de 2006, como sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, de interesse coletivo, de caráter assistencial de atenção à saúde.

A Organização não possui finalidade lucrativa e tem como objeto a inclusão social das pessoas com deficiência através da habilitação, reabilitação e readaptação, reconhecida de utilidade pública Municipal pela Lei N° 3.777, de 30 de junho de 2008 e Estadual pela Lei Ordinária n.º 5.851, de 17 de junho de 2009.

Para consecução dos seus objetivos a Organização mantém Contrato de Gestão com o Governo do Estado do Piauí, Prestação de Serviços ao SUS, Produção e Comercialização de Órteses e Próteses, subvenções e Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas de acordo: com as práticas contábeis adotados no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, conforme as disposições contidas na Lei 6.404/1976, alterada pelas leis 11.638/2007; bem como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – RESOLUÇÃO CFC N.º 1.409/12 "ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros".

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

a) Apuração do resultado

O superávit ou déficit do exercício é apurado pelo regime de competência

b) Disponibilidades

O disponível inclui aplicações financeiras com rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, ajustadas a seu valor de mercado.

c) Imobilizado

O imobilizado compõe-se de móveis, equipamentos, utensílios médicos e hospitalares, equipamentos de informática e veículos.

O prédio sede da Entidade é cedido através do contrato de gestão mantido com o Estado do Piauí.

A depreciação é calculada pelo método linear para apuração dos encargos decorrentes dos desgastes ou obsolescência dos ativos imobilizados, com base em taxas estabelecidas de acordo com a vida útil de cada bem.

d) Passivo Circulante e longo prazo

As obrigações são demonstradas por valores reconhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias, quando aplicáveis. As obrigações são decorrentes de fornecedores, obrigações trabalhistas, sociais e tributárias.

e) Receitas diferidas de Subvenções Governamentais

As receitas de subvenções governamentais são reconhecidas ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, nos termos da Resolução CFC 1305/2010.

f) Tributação

A Associação Reabilitar é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit.

NOTA 4 – Caixa e Equivalente de Caixa.

Descrição	2014	2013
Caixa	572,44	1.060,38
Bancos*	223,71	278,16
Aplicações Financeiras**	654.758,19	430.233,15
Total	655.554,34	431.571,69

*A Entidade mantém seus recursos financeiros em contas correntes administradas pelo Banco do Brasil S.A.

**Representadas por quotas de fundos de renda fixa com resgates automáticos, administrados pelo Banco do Brasil S.A.

NOTA 5 – Clientes e Convênios

Descrição	2014	2013
SUS	1.331.641,10	731.590,92
Convênio (Mat. Evangelina Rosa)	3.850,00	1.925,00
IAPEP	643,22	
Polícia Militar Do Plauí	2.150,00	
Cartões de Débito/Crédito	11.277,18	8.633,92
Total	1.349.561,50	742.149,84

NOTA 6 – Subvenções Governamentais

Descrição	2014	2013
CONTRATO DE GESTÃO	820.000,00	410.000,00
PROGRAMA REDE VIVER SEM LIMITES	108.000,00	49.172,00
CER III	400.000,00	
Total	1.328.000,00	459.172,00

NOTA 7 – Tributos a Recuperar

Referente a tributos para os quais a empresa pretende recuperar mediante compensação com tributos da mesma natureza.

NOTA 8 – Estoques

Descrição	2014	2013
Estoque de mercadorias	78.471,51	59.659,96
Materiais diversos almoxarifado	405.410,25	235.995,00
Total	483.881,76	295.654,96

NOTA 9 – Imobilizado

Descrição	31/12/2013	Aquisições	Depreciação do exercício	31/12/2014
Edificações	591.256,32	-	(25.706,80)	565.549,52
Móveis, Equip. e Máquinas p/ Exames	3.099.759,09	10.187,56	(411.305,98)	2.698.640,67
Veículos	178.000,40	-	(26.699,88)	151.300,52
Utensílios e Instalações Hospitalares	330.138,33	25.586,15	(38.166,74)	317.557,74
Equipamentos de Informática	59.958,56	12.634,08	(22.898,47)	49.694,17
	4.259.112,70	48.407,79	524.777,87	3.782.742,62

NOTA 10 – Fornecedores de bens e serviços

Descrição	2014	2013
Pollor Ind. E Comerc. De Produtos Ort. Ltda	272.040,54	77.008,33
Ortomix Ortopedia Brasil Ltda	837.798,02	933.624,27
Ortobras Ind. De Ortopédicos Ltda	99.838,15	217.430,51
Servi-san Vigilância e Transporte Ltda	72.683,81	229.326,16
CDI - Centro de Diagnóstico por Imagem	250.175,49	95.408,43
Philips Medical Systems Ltda	173.670,69	122.052,76
Air Products Brasil Ltda	53.880,90	105.347,57
Outros	368.235,46	256.240,79
Total	2.128.323,06	2.036.438,82

NOTA 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais

Descrição	2014	2013
Provisão de Férias	520.148,53	510.834,04
INSS a recolher	123.646,95	1.695.111,53
FGTS a recolher	82.069,90	110.843,49
PIS a Recolher	19.969,43	64.643,96
Salários a pagar	189.266,12	1.222,31
IRRF a Recolher	77.880,86	97.640,40
Demais Obrigações	172.229,37	19.148,59
Total	1.185.211,16	2.499.444,32

NOTA 12 – Outras Obrigações

Descrição	2014	2013
Telefone a Pagar	3.567,68	2.841,89
Energia a Pagar	280.828,00	198.081,54
Internet	1.864,67	0,00
Demais obrigações	129.127,62	61.572,35
Total	415.387,97	262.495,78

NOTA 13 – Prosus

A entidade solicitou a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS, que irá possibilitar a **concessão de moratória e remissão das dívidas vencidas** no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O processo administrativo junto a Receita Federal do Brasil possui boa chance de despacho decisório a favor.

Segue abaixo a relação dos débitos abrangidos:

Imposto/Tributo parcelado	Valor
IRRF	111.809,54
PIS	126.777,46
INSS	5.641.436,97
Total	5.880.023,97

NOTA 14 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais

Referente à parte do montante do INSS parcelado realocado para o Passivo Não Circulante:

Descrição	2014	2013
INSS	774.791,95	3.434.794,16
PIS	0,00	80.573,14
Total	774.791,95	3.515.367,30

NOTA 15 – Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais

As receitas diferidas são oriundas de subvenções governamentais contratadas com o governo federal para aquisições de bens do ativo Imobilizado.

NOTA 16 – PATRIMONIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é formado pelos seguintes valores:

Descrição	2014	2013
Patrimônio Social	2.260.282,24	2.260.282,24
Déficit do Exercício	(982.795,25)	(2.019.299,14)
Déficits Acumulado	(6.219.719,06)	(4.143.213,33)
Patrimônio Líquido	(4.942.232,07)	(3.902.230,23)

NOTA 17 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do exercício apresentou um déficit no valor de R\$ 982.795,25.

NOTA 18 – ISENÇÃO

A Associação Reabilitar teve seu pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, deferido em 13 de agosto de 2014, passando a usufruir das isenções abrangidas pelo CEBAS – Saúde a partir desta data.

NOTA 19 – Trabalho Voluntário

Para complementação na consecução de suas atividades a entidade utiliza a colaboração de pessoas que prestam serviços não remunerados (voluntários). E são contabilizadas como se devidas fossem.

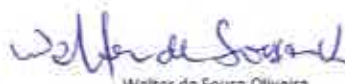
NOTA 20 – Da Prestação de Serviços ao SUS


A Entidade apresenta indicadores que firmam o cumprimento das metas estabelecidas, cujo resultado operacional é o comprometimento do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), mas, a remuneração individual recebida torna-se insuficiente devido ao alto custo operacional dos serviços prestados, gerando déficits que são compensados com outras receitas provindas de outros convênios, doações e subvenções governamentais. A Entidade da Área de Saúde faz jus ao Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos conforme a Lei 12.101/2009, do Decreto nº 8.242/2014 e as instruções da Portaria nº 1.970/2011 do Ministério da Saúde, que dispõe o processo de Certificação das Entidades Beneficente de Assistência Social na área de Saúde (CEBAS-SAUDE), ofertando a prestação dos seus serviços ao SUS, apresentando o seu percentual de 96,29%, entretanto obrigatoriamente, informará ao Ministério da Saúde, na forma por ele estabelecida, a sua totalidade dos atendimentos realizados por pacientes usuários do SUS, como também, a sua totalidade dos atendimentos realizados para pacientes não usuários do SUS, atendendo durante o exercício o percentual de atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde, sendo superior a 60% do total de sua capacidade instalada, conforme quadro abaixo:


CEBAS- Saúde					
1.1 - PRODUÇÃO PRÓPRIA - PACIENTES-DIA SUS E NÃO SUS					
MÊS	Paciente-Dia SUS	Paciente-Dia Ñ SUS	Total no Mês	% SUS Mês	% SUS Acumulado
Janeiro	7.594	198	7.792	97,46%	97,46%
Fevereiro	6.388	185	6.573	97,19%	97,32%
Março	4.467	269	4.736	94,32%	96,32%
Abril	5.172	189	5.361	96,47%	96,36%
Mai	8.858	277	9.135	96,97%	96,48%
Junho	6.138	216	6.354	96,60%	96,50%
Julho	6.537	291	6.828	95,74%	96,39%
Agosto	8.070	282	8.352	96,62%	96,42%
Setembro	6.918	378	7.296	94,82%	96,24%
Outubro	6.667	269	6.936	96,12%	96,23%
Novembro	7.090	282	7.372	96,17%	96,23%
Dezembro	5.999	182	6.181	97,06%	96,29%
Subtotal (1)	79.898	3.018	82.916	96,29%	

Teresina (PI), 28 de fevereiro de 2015.


Sergio Hermans de Sá Moraes
Contador
Associação Reabilitar
CRC-PI 010397/O-1


Walter de Sousa Oliveira
Superintendente Adm./Financeiro
Associação Reabilitar
C.R.A. 0364-PI


Francisco José Alencar
Superintendente Executivo
Associação Reabilitar
CRM Nº 2565/PI


Benjamim Pessoa Vain
Presidente
Associação Reabilitar
CRM Nº 1916/PI

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração da Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

Incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acredito que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar minha opinião **com ressalva**.

Base para opinião com ressalva

A entidade não possui controles eficazes sobre o seu estoque. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2014. Como os estoques são computados na determinação do resultado e dos fluxos de caixa, não nos foi possível determinar se seria necessário efetuar ajustes no resultado do exercício registrado na demonstração do resultado e nos fluxos de caixa de atividades operacionais registrados na demonstração dos fluxos de caixa.

A entidade não reconheceu em seu imobilizado os bens móveis e imóveis cedidos pelo Governo do Estado do Piauí decorrente da assinatura do Contrato de Gestão nº 848/2013 em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não nos foi possível determinar o valor do ajuste necessário para o registro contábil de tais bens.

Opinião com ressalva

Em minha opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo **Base para opinião com ressalva**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da **Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota nº 13 às demonstrações contábeis que descreve a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS, que irá possibilitar a concessão de moratória e remissão das dívidas vencidas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013, apresentadas comparativamente, foram por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes à época da emissão do relatório em 18 de março de 2014 com ressalvas.

Teresina, 23 de março de 2015.



Sæcularis Auditores Independentes S/S

CRC 124/0



Contador JORGE IVAN TELES DE SOUSA

CRC PI 12.430/0 "T" BA